

AS ESCRITAS DE SI E OS FUTUROS POSSÍVEIS: AUTOFICÇÃO COMO ATO ÉTICO, ESTÉTICO E POLÍTICO¹

Las Escrituras de Sí y Los Futuros Posibles: La Autoficción Como Acto Estético, Ético y Político

Eduarda Ritzel²

Rodrigo Lages e Silva³

Resumo: Este artigo discute a ascensão e a legitimação das "escritas de si" — narrativas autobiográficas e autoficcionais — na produção científica contemporânea, com destaque para o campo da Educação. Historicamente rejeitada pela ciência moderna sob a justificativa de proteger a objetividade contra os "ruídos" da subjetividade, a narrativa em primeira pessoa deixa de ser encarada como mero desabafo ou confissão para se consolidar como um instrumento de produção de conhecimento situado. Apoiando-se em epistemologias feministas, teorias pós-estruturalistas e na filosofia da linguagem, o texto articula as seguintes apostas ético-metodológicas: a) a inseparabilidade entre ficção e realidade; b) a palavra como ato político; c) a escrita como *phármakon*; e d) a autoficção como método. Por fim, o artigo conclui que assumir as escritas de si é um compromisso ético com as novas gerações. Ao reconhecer o caráter ficcional e construído da realidade, devolve-se aos sujeitos a capacidade e a esperança de fabular futuros possíveis diante de um cenário de aceleração, utilitarismo e de corrosão do porvir.

Palavras-chave: Autoficção. Escrita. Epistemologia feminista. Sensível.

Resumen: Este artículo analiza el ascenso y la legitimación de las "escrituras de sí" – narrativas autobiográficas y autoficcionales – en la producción científica contemporánea, con especial énfasis en el campo de la Educación. Históricamente rechazada por la ciencia moderna bajo la justificación de proteger la objetividad frente a los "ruidos" de la subjetividad, la narrativa en primera persona deja de ser vista como un mero desahogo o confesión para consolidarse como un instrumento de producción de conocimiento situado. Apoyándose en epistemologías feministas, teorías posestructuralistas y en la filosofía del lenguaje, el texto articula las siguientes apuestas ético-metodológicas: a) la inseparabilidad entre ficción y realidad; b) la palabra como acto político; c) la escritura como *phármakon*; y d) la autoficción como método.

¹ O presente estudo é fruto de uma tese de doutorado atualmente em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEdu/UFRGS) e conta com financiamento CAPES – código 001.

² Doutoranda em Educação pela UFRGS. Mestre em Educação e licenciada em Ciências Sociais pela UFRGS. Professora de educação básica na rede estadual de ensino no Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2792-9974>. Email: ritzel.ufrgs@gmail.com.

³ Doutor em Psicologia pela UFF. Docente no Departamento de Estudos Básicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6948-2824>. Email: rodrigo.lages@ufrgs.br.

Por último, el artículo concluye que asumir las escrituras de sí es un compromiso ético con las nuevas generaciones. Al reconocer el carácter ficcional y construido de la realidad, se devuelve a los sujetos la capacidad y la esperanza de fabular futuros posibles frente a un escenario de aceleración, utilitarismo y de corrosión del porvenir.

Palabras clave: Autoficción. Escritura. Epistemología feminista. Sensible.

1 Introdução

Houve um tempo em que falar em primeira pessoa e fazer ciência eram coisas completamente opostas. Mesmo os escritos pedagógicos, por vezes, reiteraram este pressuposto. Apesar dos relatos e narrativas docentes serem um tanto comuns e amplamente disponíveis, ainda sim, estes nunca eram tomados do ponto de vista da produção de um conhecimento, mas geralmente como confissão. Nessa ótica, se a professora relata que vai tudo bem, então ela é taxada como utópica; do contrário, se relata que tudo vai muito mal, é considerada pessimista.

Na contramão disso, tem chamado nossa atenção a crescente produção de textos na área da Educação que podem ser chamados autobiográficos – como veremos adiante. Muitas vezes, em forma de narrativa ou relato, as escritas docentes têm extrapolado o campo da confissão e da denúncia e encontrado espaço na produção científica (em teses e dissertações, artigos, livros etc.) enquanto interrogações e problematizações acadêmicas na perspectiva de um conhecimento situado (Haraway, 1995). Nesse sentido, esses relatos são tomados como dados, pois se passou a entender que uma experiência narrada não apenas diz do narrador, mas sobretudo do tempo e da realidade histórica no qual ele está inserido. Por isso, acreditamos que a atualidade, relatada e narrada por movimentos autoficcionais, contempla muito mais a imensidão da realidade em que vivemos, do que a ideia de uma teoria homogeneizante e sem rosto – que, bem sabemos, é também situada. Com isso, entendemos que pensar a atualidade é uma tarefa para sempre inconclusa e que depende mais de múltiplas vozes do que de uma voz mais alta capaz de calar as outras – procedimento comum na construção científica herdada da modernidade (Dosse, 2018a).

De algum modo, as teorias estruturalistas tomaram para si a tarefa de um certo apagamento do “eu”, da “identidade” e do “sujeito”. Para François Dosse (2018a), o estruturalismo nutriu a ambição de construir um único e vasto programa de análise, cuja intenção foi se tornar aplicável a todos os campos do saber. Assim, essa grade de leitura, a estruturalista, “se pretende unitária, privilegia o signo à custa do sentido; o espaço, à do tempo; o objeto, à do sujeito; a relação, à do conteúdo; e a cultura à custa da natureza” (p. 16). Essa tarefa assumida pelos estruturalistas é, no entanto, uma herança que carregamos da ciência moderna que, na tentativa de se desvincular da filosofia, impõe a ficção de um regime absolutista da objetividade. Em contraposição a essa perspectiva e na esteira do que as teorias pós-estruturalistas buscaram retomar – isto é, um espaço para a subjetividade –, as epistemologias consideradas feministas (Haraway, 1995; 2023a; 2023b; Kilomba, 2019; Stengers, 1990; 2002; 2023; Stengers; Despret, 2014), bem como outras epistemologias minoritárias (Krenak, 2019; 2022; Kilomba, 2019), puderam enfim retomar a discussão do “eu” e do “si mesmo” a partir da dissolução da oposição firmada entre sujeito e objeto na modernidade – oposição amplamente destacada nos estudos de Bruno Latour (2011; 2017; 2019), Donna Haraway (1995; 2023a) e Isabelle Stengers (1990; 2002; 2023).

Em comum, essas epistemologias interrogam a realidade a partir de diferentes perspectivas, partindo do pressuposto de que toda a realidade é desde o início objetivada em

um jogo de forças. Mas, com isso, por um lado criam um desvio apenas em relação ao objetivismo da modernidade, por outro se acercam ao tão temido perigo humanista, evitado pelos estruturalistas: o de colocar o sujeito como centro, origem e fundamento do conhecimento. François Dosse (2018b) considera que, diante da crise dos grandes paradigmas unitários, como o funcionalismo, o marxismo e o estruturalismo, as novas abordagens teóricas que surgiram nos anos 80, sobretudo na França, resultaram em uma “humanização das ciências humanas”. Nesse sentido,

não se trata portanto de um retorno puro e simples ao sujeito ou a uma forma de humanismo pré-crítico, mas de um reequilíbrio, de uma mudança de escala que permite se interrogar no nível do indivíduo sobre quem se fundamenta o “ser-conjunto”, o vínculo social. Esse reequilíbrio passa pela reavaliação da força dos vínculos sensíveis, dos vínculos invisíveis e indizíveis que sustentam a humanidade do homem (Dosse, 2018a, p. 17).

É diante desse contexto, portanto, que este texto procura dialogar com as “escritas de si”, aqui encaradas como um movimento epistemológico, político e estético importante para a construção de uma outra ciência possível e também como parte do testemunho da atualidade, sem perder o olhar crítico com uma essencialização humanista da concepção de experiência subjetiva. Com as escritas de si, pretende-se trazer a possibilidade de pensar o social e o coletivo a partir da subjetividade, mas não se resumindo ou tendo como finalidade a experiência íntima. Trata-se de pensar situadamente questões que provocaram profundas mudanças nos modos como coletivamente nos relacionamos com nós mesmos e com o mundo: como a aceleração do tempo (Fisher, 2024; Virilio, 1996; Han, 2024), as inteligências artificiais (Rodríguez, 2019), as condições climáticas e o perigo iminente de não haver futuro para as próximas gerações (Krenak, 2019; 2022).

A partir de um levantamento bibliográfico realizado para entender como as narrativas autobiográficas têm se inserido no campo da Educação, encontramos alguns estudos de revisão sistemática de literatura que corroboram com a nossa hipótese de que as escritas de si têm ganhado força e legitimidade na educação e nas ciências humanas. Um dos estudos encontrados buscou o termo “pesquisa narrativa autobiográfica” no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, chegando a 507 resultados encontrados. Entre teses e dissertações, 445 dessas produções foram realizadas entre os anos de 2019 e 2024 e 448 pertencem à grande área das Ciências Humanas e/ou da Educação (Silva; Carvalho, 2025). Ao afunilar a análise para 7 teses com o tema da “pesquisa narrativa autobiográfica”, Silva e Carvalho notaram que em todos os casos o papel dessas narrativas gira em torno de uma certa compreensão do desenvolvimento profissional dos professores. Ainda sim, relatam a importância do impacto da trajetória na produção pedagógica e a relevância das experiências pessoais na construção do conhecimento pedagógico. No entanto, não esclarecem se a preocupação com os impactos do método autobiográfico na construção do conhecimento é algo que aparece nas teses analisadas na medida em que esses métodos são exercidos pelos próprios pesquisadores ou se é uma conclusão na qual os escritores do artigo chegam posteriormente.

Outro estudo coerente com a hipótese de que os estudos autobiográficos têm ganhado força na Educação e nas Ciências Humanas trata de um levantamento das redes de pesquisa universitárias que trabalham com o tema (Souza *et al.*, 2010). Os grupos de pesquisa citados no estudo são: Grupo de Pesquisa (Auto)Biografia, Formação e História Oral (GRAPHO), criado no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia; o Grupo Interdisciplinar de Pesquisa, Formação, Auto.Bio.Grafia e Representações Sociais (GRIFARS), criado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; grupo Memória Docente e Documentação Pedagógica, criado

no Laboratório de Políticas Públicas em Buenos Aires; e o Centro de Pesquisas Interuniversitário Experiência, Recursos Culturais, Educação (EXPERIENCE), criado na França. Além destes, destacam no artigo: a Association Internationale des Histoires de Vie en Formation et de Recherche Biographique en Éducation, fundada em 1991 na França, vinculada aos grupos mencionados a partir da formalização de uma rede de pesquisa entre América Latina e Europa; por último, a Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica (BIOgraph) e a Associação Norte-Nordeste de Histórias de Vida em Formação (ANNINVIF). Este estudo, além de destacar o aspecto colaborativo entre os grupos citados, também destaca a realização dos Congressos Internacionais sobre Pesquisa (Auto)biográfica, com três primeiras edições realizadas em Porto Alegre (2004), Salvador (2006), Natal (2008), respectivamente, e a quarta em São Paulo (2010). Anos depois, fruto da parceria entre essas redes, também foi criada pela Associação Brasileira de Pesquisa Auto(biográfica), em 2016, a Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica.

Outras bibliografias encontradas trabalharam a autobiografia como potencial metodologia na formação de professores a partir de memoriais e cursos de extensão oferecidos tanto em formação continuada como na formação inicial (Ventura; Cruz, 2019). Além disso, há estudos que buscaram compreender como a metodologia autobiográfica é adotada. Um desses estudos avaliou 181 artigos em português e constatou que as entrevistas narrativas são a estratégia mais utilizada nas investigações científicas e psicológicas analisadas (Marçal *et al.*, 2026). Em outro caso, a autobiografia é pensada como procedimento utilizado para a construção de um relatório de estágio curricular obrigatório de uma licenciatura em música (Matos; Almeida, 2025), por exemplo.

Diante do cenário apresentado, este artigo discute a ascensão e a legitimação das "escritas de si" – narrativas autobiográficas e autoficcionais – na produção científica contemporânea, com destaque para o campo da Educação. Historicamente rejeitada pela ciência moderna sob a justificativa de proteger a objetividade contra os "ruídos" da subjetividade, a narrativa em primeira pessoa deixa de ser encarada como mero desabafo ou confissão para se consolidar como um instrumento de produção de conhecimento situado.

Para tal empreendimento, propomos realizar um estudo de cunho bibliográfico e argumentativo, de modo a traçar algumas das apostas que temos quanto ao uso das escritas de si no campo da Educação, correlacionando-as com alguns dos desafios da atualidade já mencionados. Isto é feito, primeiramente, a partir de uma argumentação que tem como intenção discutir a relação entre "escrita" e criação de mundos e sujeitos, principalmente ao trazer a responsabilidade da ficção na construção da realidade. Em seguida, defendemos que a palavra constitui a política e que, por sua vez, é uma tarefa também da Educação e das Ciências Humanas a possibilidade de contribuir para uma repartilha do sensível que leve em consideração o impacto farmacológico da palavra e sobretudo das narrativas na construção da atualidade.

Além da discussão realizada a partir da intersecção entre diversos autores e autoras que nos servem de intercessores (Deleuze, 2013), propomos alguns modos de pensar as escritas de si – autobiográficas e autoficcionais – como método. E não menos importante, é também a partir de nossas percepções enquanto pesquisadores e educadores atuantes na educação básica e no ensino superior que construímos a força argumentativa deste ensaio. De todo modo, o fio que atravessa a metodologia deste estudo é a própria autoficção como método de pesquisa, leitura e escrita – sobretudo quando buscamos por modos de pesquisar, ler e escrever, isto é, fabular, o futuro para nós e para as gerações em construção.

A partir dessas discussões, o que este estudo visa mostrar é que a autoficção, enquanto método de ensino e de pesquisa, é um de nossos espaços de aposta para a retomada e repartilha de um sensível que contribua na luta pela construção de outros mundos e outros futuros possíveis. Essa aposta é legitimada sobretudo pela virada epistemológica provocada principalmente pelos feminismos decoloniais – embora estes não assumam ou desenvolvam o termo autoficção como parte constitutiva de suas epistemologias. Em outras palavras, encontramos um modo de exercitar a autoficção a partir das contribuições das epistemologias feministas e das epistemologias minoritárias: seja na denúncia à tradicional separabilidade entre sujeito e objeto; seja por mostrarem que os saberes situados possibilitam outras visões de mundo – necessárias para continuarmos produzindo pulsões de vida.

Ao nos inserirmos no campo da escrita ensaística, construímos tal investigação sem a pretensão de apresentar resultados ou conclusões que possam cristalizar uma solução para os problemas da educação ou para os problemas do mundo. De outra forma, a partir do aporte teórico trabalhado de forma entrelaçada com as experiências que vivemos, nossa intenção é possibilitar um modo de “ficar com o problema” (Haraway, 2023b). Isto é, nem prometer um “guia prático” de enfrentamento das precariedades da atualidade ou um tipo irresponsável de utopia resolutiva; mas nem mesmo um diagnóstico que ateste a inabitabilidade da vida e a impossibilidade do futuro. Nesse caso, ficar com o problema trata não só de inventar novas formas de habitar o mundo e a realidade que já vivemos, mas principalmente de argumentar a favor da necessidade de pensar que, para habitá-los, é preciso criar novos horizontes coletivos.

2 Palavra e realidade

As escritas de si, autobiográficas ou “relatos do íntimo” (Giordano, 2013), do ponto de vista da construção do conhecimento geral e científico e do diagnóstico da contemporaneidade, devem levar em consideração que aquilo que entendemos por realidade e por conhecimento é não só mediado mas inventado por ficções.

A ficção, nessa ótica, é vista como constitutiva da realidade e do conhecimento e não como seu oposto. Em outras palavras, a ficção se relaciona com a fabulação. Em consonância com o pensamento de Henri Bergson (1978), entendemos que a fabulação produz representações imaginárias que têm função vital e que, por sua vez, são vividas como reais. Assim, a fabulação não é tomada como um movimento artístico *a posteriori*, mas como necessária para a vida coletiva.

Para Nancy Huston, separar o *Sentido* humano do *sentido* que todos os animais têm sugere que o verbo, enquanto ação dotada de significado, é o que marca o começo da nossa espécie. Pela insuportabilidade de um mundo que por si só não tem sentido, somos incapazes de perceber sem entender, sendo que inclusive o não entendimento é uma espécie de ajuizamento do entendimento acerca de uma proposição. Não entender é mais um déficit da realidade ou objeto percebido, do que do entendimento em si, que é concebido como critério de verossimilhança pela racionalidade moderna. Entender é constar a afinidade com a verdade em uma dada proposição. Não entender é menos um problema do entendimento em si, do que um déficit de verossimilhança ou de realidade do real. Nessa perspectiva, a ficção enquanto potência de fazer uma realidade (narrada, imaginada ou inventada) ganha Sentido, é uma operação cognitiva articulada com o entendimento. Entendemos a realidade na medida em que ela se apresenta bem narrada ou bem ficcionalizada para nós.

A narratividade se desenvolveu em nossa espécie como uma técnica de sobrevivência. Ela está inscrita nas próprias circunvoluções do nosso cérebro. Mais fraco do que os outros grandes primatas, ao longo de milhões de anos de evolução, o *Homo sapiens* entendeu o interesse vital que teria em dotar, através das suas fabulações, o real de Sentido (Huston, 2010, p. 19).

A ficção, como condição do próprio ser, também pode ser encontrada nos estudos paleológicos de Leroi-Gourhan, no que diz respeito aos primeiros testemunhos de grafismo da humanidade. Os sinais deixados, no final dos paleantropos, parecem ter exprimido primeiramente o ritmo e não as formas, já que o grafismo não surge como uma representação fotográfica do real, mas como abstração. Apesar do rigor do utensílio ser conhecido em vários exemplos animais, até o “aparecimento do *homo sapiens*, não existe nada comparável com o traçado e a leitura dos símbolos” (Leroi-Gourhan, 1982, p. 188). Desse modo, o que de fato humaniza esse ser é sua capacidade de produzir signos gráficos que, antes de simbolizar o real, o reencenam. Antes do pictograma ser representação simbólica, segundo Leroi-Gourhan (1982), ele é suporte para uma dramatização cênica do real. Num certo sentido, o paleoantropídeo dramatizava ou ficcionava a realidade, antes de codificá-la por meio do símbolo gráfico. As pinturas nas cavernas eram, num primeiro momento, cenários, suportes estéticos para uma história a ser contada, só depois elas viraram roteiro ou diário de uma história vivida.

A inseparabilidade entre ficção e realidade transforma o modo como nos relacionamos com o mundo e com nós mesmos. Assim, é possível compreender a linguagem como constitutiva (embora não sozinha) de sujeitos e mundos, seja para aprisioná-los, seja para transformá-los. A linguagem, nesse caso em forma de palavra, é a responsável pelo fazer político, segundo Rancière (2011; 2024). Isso quer dizer que para o autor, a palavra é um ato político que reconfigura um sensível: ela não apenas descreve o mundo, mas é responsável pelo modo como o mundo é organizado e partilhado. Rancière compreende que um ato político se dá quando alguém que não tem direito a falar (os “sem-parte”) toma a palavra e causa um tipo de perturbação em um cenário que era muito bem estabelecido – reverberado, por exemplo, pelo mito de que trabalhadores (sobretudo operários) reproduzem, mas intelectuais pensam.

Essa ideia de que os sujeitos estão divididos entre aqueles capazes de trabalhar com a palavra e aqueles que não o são é descrita por Rancière no que ele chamou de “partilha do sensível”. A partilha do sensível é um sistema de evidências sensíveis “que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”, de modo que essa “repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (Rancière, 2005, p. 14).

Para Rancière, portanto, política e expressão fazem parte de uma mesma ordem, isto é, a da organização do mundo. Esta partilha, por sua vez, tem implicado na construção de uma realidade desigual pois pressupõe que o sensível é habitado apenas por aqueles que são considerados “pensadores”. Diante disso, não só se considera o trabalhador inexistente na construção desse sensível partilhado, como também – e talvez antes disso – consideram-no incapaz de pensar, desvinculando a palavra, a ideia e o pensamento, do corpo, da manualidade e da técnica. Tomar a palavra, portanto, é redistribuir esse sensível, aproximá-la do corpo, e permitir que todo sujeito partilhe daquilo que constrói a realidade, o mundo, a nós mesmos. Nas palavras de Rancière:

Trata-se de um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto de quem tem competência para ver e qualidade para dizer das propriedades dos espaços e dos possíveis do tempo (2005, p. 65).

Há, dessa forma, na base da política, uma estética que não deve ser entendida “no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte” (Rancière, 2005, p. 16). Trata-se de um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que definem ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política se ocupa do que vê e do que pode ser dito sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer das propriedades, dos espaços e dos possíveis do tempo. Em outras palavras, a política se ocupa de ficcionar modos de subjetividade. Daí que a emergência da autoficção ou das escritas de si nas ciências humanas é um acontecimento e uma deriva crítica mais do que uma glorificação do indivíduo ou da experiência íntima.

3 Farmacologias da escrita e do “eu”

Quando pressupomos que a palavra escrita – tomada por aqueles que não podem falar ou por discursos que não podem ser proferidos – pode de fato reconfigurar esse campo do sensível, consequentemente criamos a necessidade de olhar para o modo como essa palavra é tomada. Como Barthes (2013, p. 14) nos relembra, a língua, expressão obrigatória da linguagem, é fascista e, para ele, o objeto em que se inscreve o poder desde toda a eternidade humana é a linguagem:

Mas a língua, como desempenho de toda linguagem, não é nem reacionária, nem progressista; ela é simplesmente: fascista; pois o fascismo não é impedir de dizer, é obrigar a dizer. Assim que ela é proferida, mesmo que na intimidade mais profunda do sujeito, a língua entra a serviço de um poder.

Para Leroi-Gourhan (1982), a escrita tal como hoje a concebemos é um processo mais ou menos tardio em relação a um processo muito mais longo de exteriorização simbólica, marcado pelo surgimento da técnica a partir do deslocamento das funções biológicas para objetos exteriores. Um dos principais exemplos trazidos pelo autor é a exteriorização da memória, que passa a ser armazenada fora do organismo. A escrita não surge apenas com o alfabeto muito tempo mais tarde, ela está no cerne da simbolização, ou seja, daquilo que consequentemente nos tornou humanos. Gourhan (1982) argumenta que na arte paleolítica que analisou, os grafismos não devem ser interpretados como representações, mas como a própria estruturação da organização cronológica do tempo e como organização simbólica da experiência.

Do mesmo modo, Derrida (1973) defende que a escrita não é a simples representação secundária de uma fala que tem como presença a imediatez do sentido. O traço (ou grama), para o autor, é anterior à distinção entre fala e escrita, e por isso, pressupõe uma *iterabilidade*. Essa distinção entre fala e escrita é retomada por ele em *A Farmácia de Platão* (2005), ao introduzir a ideia de farmacologia (ou *phármakon*). Em *Fedro*, Platão narra o mito egípcio da invenção da escrita. Na ocasião, o rei Theuth apresenta a escrita ao rei Thamus, como um remédio para a memória e para a sabedoria. Thamus, resistente à invenção oferecida por Theuth, responde que a escrita terá o efeito contrário, isto é, produzirá esquecimento, pois a partir dela os homens confiarão em sinais externos que terão aparência de saber, mas sem de fato serem verdadeiros. Desse modo, a escrita é caracterizada tanto como remédio para memória quanto

um veneno que causa o esquecimento. O termo *phármakon* designa algo cuja eficácia é intrinsecamente ambivalente e, para Derrida (2005), essa ambivalência não é acidental, mas estrutural. Nesse sentido, a escrita como *phármakon* é aquilo que ameaça a memória viva, mas também aquilo que torna possível a transmissão de um saber e indecidivelmente benéfica ou maléfica.

Diante dos avanços críticos nas ciências humanas, o problema que encaramos hoje não parece ser a possibilidade de descobrir uma memória viva, pura, não mediada pelas palavras, mas sim, assumir que a escrita constrói, ou programa, a realidade (Derrida, 1973), e que ela funciona muito bem tanto para aprisionar como para libertar o sujeito. Através das palavras – da escrita, da memória exteriorizada, ou melhor, *em nome* da palavra –, os sujeitos (humanos e não-humanos) e o mundo sucumbiram. Mas é também através da palavra que nós somos *nós*. É através da palavra, falada ou escrita, já não importa, que ordens foram dadas; civilizações inteiras foram exterminadas; a natureza foi substancialmente extinta; o tempo foi acelerado (Virilio, 1996); o futuro foi cancelado (Fisher, 2024); e vida foi tornada inútil (Ordine, 2016; Krenak, 2022). Mas é também através das palavras que expressamos as ternuras e as delicadezas; as esperanças e os futuros possíveis; e mesmo que contraditoriamente, as próprias linhas de fuga (Deleuze, 2011). É com as palavras, portanto, que transformamos, ainda que pouco, a vida má em vida boa. É *com* as palavras e não *em nome* das palavras que somos capazes de não obedecer a ordens; retomar povos; cuidar da natureza que ainda nos resta; reestabelecer um futuro; e manter a vida inútil, pois entendemos que é a concepção de utilidade que justamente a sacrifica. A afirmação de Barthes (2013) parece antiga, mas não menos verdadeira: a “solução” para a liberdade, para a subtração do poder, é a trapaça com a língua, uma trapaça que acontece de dentro e, que para Barthes, não dependerá apenas do nível de engajamento civil e político de quem escreve, mas da responsabilidade de forma. Para ele, essa revolução permanente da linguagem é a literatura – mas não como uma sequência de obras ou um tipo de ensaio, e sim como uma prática de escrita que se propõe a combater a língua no interior da própria língua onde justamente acontece seu desvio.

O literário, aqui, poderia ser substituído pelo poético e relacionado com o sensível, onde retomamos Rancière. Sabemos que muito se disse *em nome da ciência*, e que a vida como vivemos construiu-se nesses pilares, representados pela separação entre sujeito e objeto. Para Barthes (2013), o discurso científico encara o saber como enunciado e a escritura, ou literatura, encara o saber como enunciação, fazendo com que esse saber reflita incessantemente sobre si mesmo. Para ele, o que pode ser opressivo num ensino não é o saber que ele veicula, mas as formas discursivas das quais ele é proposto; e, Barthes pondera, a operação fundamental para fazer esse desprendimento é a digressão.

Apesar de não ser um termo recorrente na obra barthesiana, a digressão pode ser considerada como cerne da metodologia de ensino de Barthes, sobretudo no que diz respeito aos seminários ofertados pelo mesmo na *École*, na década de 70. A digressão como estratégia de ensino é “uma forma de não produzir conhecimento sobre um determinado tema, ou uma forma de desaprender um tema” (Pino, 2018, p. 60). Barthes sugere abandonar o que considera os cinco grandes pilares do ensino: o tema; a objetividade como imaginário; o desenvolvimento; a referência como autoridade; e a escrita instrumental. Daí, portanto, a digressão como centro de seu trabalho: um modo de, mesmo ainda com o uso da palavra, não a tomar como autoridade, como lei. Desaprender o que sabemos nos parece uma tarefa essencial, sobretudo quando aquilo que queremos preservar e reverberar é justamente a tentativa de tomar a palavra sem impor nenhuma autoridade, nenhuma lei. A digressão, afinal, talvez nos permita ficar com o problema (Haraway, 2023b).

4 Uma virada epistemológica

A retomada da palavra tem sido uma questão importante para as epistemologias insurgentes, em especial, às feministas. Cientes da histórica negligência sofrida em relação à partilha do sensível, a retomada da palavra tem sucessivamente acontecido no campo das artes e da filosofia e, um pouco mais recentemente, no campo da ciência. Menos no sentido de mostrar ao mundo que as mulheres também podem fazer ciência ou ampliar a participação de novas cientistas, mas na própria determinação das regras do jogo científico. Esse é o tema do encontro entre Vinciane Despret e Isabelle Stengers em *Women who make a fuss* (2014). Trata-se de questionar o que é apresentado na ciência como neutro, objetivo, como uma categoria “não marcada”. Encarar a ciência a partir do gênero mostra como este é assimétrico: quando uma mulher faz ciência, sua ciência é marcada; quando um homem faz ciência, sua ciência é universal – bem como “branca”, pois mesmo na categoria marcada “mulher”, a branquitude é ainda tomada como universal, isto é, como uma categoria “não marcada”.

As epistemologias feministas têm contestado a forma como a ciência se define, incluindo a exigência de separar política e ciência. Nessa direção, todas as novas premissas e incógnitas colocadas relacionadas a isso correram e correm o risco de serem ouvidas como questões não científicas – como um “sonho epistemológico”. Trata-se de um certo oferecimento de argumentos que nem chegariam a ser colocados, pois suas questões seriam previamente rejeitadas. “Fazer caso” ou “fazer querelas”⁴, trata do movimento das cientistas que buscaram abrir o campo da ciência para perguntas que tradicionalmente foram julgadas como “não científicas”. Não à toa, Stengers e Despret acreditam que se em algum futuro essa abertura de fato se concretizar, possivelmente virá de fora da academia: daqueles homens e mulheres que se preocuparão com as questões com as quais não deveriam se intrometer – como os operários, que não deveriam tomar a palavra, já que ela não os cabia.

Essa retomada da palavra na partilha do sensível, bem como o combate da língua dentro da própria língua através da responsabilidade com a forma, para nós, encontra nas escritas de si uma aposta, uma forma de reverberação. Isso porque as escritas de si ou a preocupação com o sujeito foram retiradas do fazer científico, justamente por serem consideradas como “ruído” em relação aos fatos e à verdade. A objetividade, considerada necessária à ciência, não pode ser contaminada por perguntas que poderiam ser acusadas de inúteis, improdutivas. Nesse sentido, não só as respostas que a ciência cria, mas principalmente as perguntas que são feitas acabam por determinar os fatos – estes nos quais nos apoiamos para inventar o mundo e a nós mesmos.

O cientista, nesse caso, é visto como um sonâmbulo que não pode ser despertado com preocupações exteriores, apenas com a construção da ciência (Stengers, 2023). As perguntas consideradas inúteis – tanto de quem está dentro da produção científica, mas principalmente da população que é diretamente afetada por ela – não devem ser consideradas relevantes, mas sim como um tipo de poluição prejudicial ao progresso científico: trata-se de afastar o espectro da “opinião”, do qual a ciência deve ser defendida. Ou seja, um modo de evitar se dirigir a comunidades ativas, informadas e exigentes. O objeto não toma a palavra.

Um bom exemplo, conforme mencionado por Stengers e Despret (2014), são os estudos de Adrienne Zihlman, arqueóloga que trabalhou com a hipótese da “mulher-coletora” em detrimento do “homem-caçador”, considerado como responsável pelo processo de

⁴ Escrito originalmente em francês, as autoras utilizaram o termo *les faiseuses d'histoires*. Na tradução para a língua inglesa, o termo utilizado foi *make a fuss*. Como a obra não foi traduzida para a língua portuguesa, têm-se utilizado informalmente a tradução “fazedoras de história”, “fazedoras de caso” ou “fazedoras de querela”.

hominização. A teorização de Zihlman implica na aceitação do papel causal das mulheres nesse processo, pois as mulheres-coletoras também necessitavam de ferramentas e, assim, participaram da evolução dos modos de ser dos humanos. Essa talvez não tenha sido uma questão importante para Gourhan, por exemplo. Mas Zihlman, por estar situada (ou marcada), sem excluir a teoria do homem caçador, multiplicou os possíveis modelos narrativos.

Ela queria enriquecer a história, multiplicando as causas, invenções e eventos; o que prevaleceu foi a ideia de que ela pretendia diminuir o papel decisivo do homem. Não havia espaço para hesitação: a proposta de colocar uma mulher pacífica e cooperativa no centro das atenções era "anticientífica". Sua tese poderia parecer ainda mais anticientífica por colocar a cooperação, e não a competição belicosa, em primeiro plano. No entanto, a "verdadeira ciência" é reconhecida pela maneira como destrói nossas ilusões e nos faz encarar verdades que devemos aceitar, apesar de nossas "preferências" pessoais ou políticas (Stengers; Despret, 2014, p. 60, tradução nossa).

As epistemologias feministas têm nos mostrado, portanto, a importância de uma certa retomada da palavra, da "criação de caso", "criação de querela", *make a fuss* ou *les faiseuses d'histoires*. Essa retomada passa necessariamente pela reconfiguração das categorias "sujeito" e "objeto", caras à ciência moderna. Em ambos os casos, tanto para o sujeito quanto para o objeto, há a ausência de agência. O sujeito, porque, se for situado, contamina a ciência; e o objeto, porque se for ativo, informado e exigente, prejudica o cientista. Se sujeito e objeto perdem seu lugar na partilha, quem faz ciência, então? Muito possivelmente a naturalização: a ideia de que as coisas são como são e apenas se tornam descobertas, reveladas pelos cientistas. Mas, não só os objetos têm agência, como contraditoriamente muitas vezes são os sujeitos que fazem esses objetos falarem. Assim, esses conceitos "sujeito" e "objeto" são, portanto, ambivalentes e as ciências humanas e a teoria social estão aí para nos provar a ambiguidade dessas categorias.

Dito isso, é preciso retomar o pessoal como político. Porque, como nos relembram Despret e Stengers (2014), evocar memórias pessoais, na construção do feminismo, teve como primeiro efeito a transformação do que até então foi vivido como empírico e anedótico, isto é, vinculado a razões psicológicas e íntimas.

Falar sobre nossas diferentes maneiras de fazer as coisas, sobre nossas recusas, mas também sobre aqueles sentimentos de deslocamento, sobre o desconforto que surgia a cada instante, deixou de ser uma questão de conversa fiada e se tornou algo comum: de nos tornarmos capazes de sentir e dizer juntos: "Isso importa". De sermos capazes de fazer disso uma celebração alegre (p. 71, tradução nossa).

Grada Kilomba, por exemplo, menciona ter sido questionada quanto à sua rigorosidade, pois foi constantemente acusada de ser subjetiva demais, em razão de contemplar em suas teorias as vivências e atravessamentos de ser uma mulher negra. Dessa forma, Grada pode até ocupar a universidade, desde que não faça alarde, ou "caso". Espera-se que ela fale de um não-lugar, de um vazio, que sabidamente é ocupado pelo lugar da branquitude como universal. As perguntas que Grada coloca muitas vezes foram consideradas como inapropriadas, anedóticas, "anticientíficas". As perguntas que não foram feitas, nesse caso, tornaram o branco universal e mostram que um fato é sempre mediado pelo lugar ocupado por aquele que o produz. Pior do que não exercitar a pluralidade das perguntas é impossibilitar que estas sejam feitas por outros ou recusar-se a recebê-las.

Por isso, acreditamos que Grada Kilomba luta contra essa lógica, quando diz que ao escrever *Memórias da plantação* (2019) encontrou uma forma de transformação, por ser, nessa

escrita, ela própria, não outra. Ela afirma não ser o *objeto*, mas o *sujeito*. Ou seja, Grada é quem descreve a sua própria história – os sujeitos definem a sua própria realidade. Com isso, afirma que essa “passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político” (2019, p. 28, grifos da autora). Trata-se de inventar a si, e por quem fala, de modo novo, se opor à Outridade. Ela julga que, de onde fala, “ainda há necessidade de *tornarmo-nos* sujeitos” (2019, p. 29, grifos da autora).

Diante desses desafios, concordamos com Stengers (2023, p. 11) quando esta diz ser preciso agir em duas frentes: “resistir àqueles que desejam retomar um passado em que se respeitava a ciência”, mas também resistir “àqueles que negam a possibilidade de um outro devir da ciência, capaz de torná-la uma aliada na luta por um futuro digno de ser vivido”. Desse modo, para a autora, é preciso inserir as ciências na política, ao fazer a pergunta política que ela considera primordial: “quem pode falar de que, ser porta-voz de que, representar o que, objetar em nome de quê?” (Stengers, 2011, p. 200).

Stengers, assim como outras e outros pensadores da atualidade, não tem a intenção de encontrar uma rápida solução para os problemas do mundo. O que a autora busca, ao contrário, é uma forma de desacelerar essa tomada de decisão e, como Haraway (2023b), ficar com o problema. Trata-se de um modo de enfrentar a dificuldade nomeando-a, “um nome que convoca à invenção de modos de reunião que complicam a política ao introduzir a hesitação” (2023, p. 203). O nome dado por Stengers é “cosmopolítica”: aquilo que de algum modo diz respeito à resistir a tentação de determinar a solução correta ou de cair na tentação de acreditar ser suficiente dar voz a cada uma das partes interessadas. Para Stengers, assim como para nós, pensar em soluções que contemplem apenas as urgências da sobrevivência, ou a retomada de qualquer futuro a qualquer custo, já não é suficiente.

Como Stengers afirma, a sua forma de resistir e retomar pode parecer irrisória, já que se baseia em ideias. Mas, para ela, “o poder da ideia não deve ser subestimado” (2023, p. 208). Ela sabe que o que propõe com a ideia de “cosmopolítica” é apenas uma narrativa e, possivelmente, não é a narrativa que fará isoladamente “a” diferença. No entanto, a autora tem a esperança de que a sua narrativa conclame outras narrativas

[...] para a composição de imaginações regenerativas e ligeiramente transgressoras. Tal composição pode realmente fazer uma diferença, ao trazer a possibilidade de compartilhar e cooperar – o que, embora não seja suficiente, talvez seja condição necessária para retomar um futuro no qual valha a pena viver (Stengers, 2023, p. 209).

5 O método autoficcional

No cenário das epistemologias insurgentes e da preocupação com a construção de futuros em que a vida valha a pena ser vivida, as escritas de si apresentam-se como um campo de possibilidade de retomada da palavra – que, por sua vez, nos levaria a atribuir à partilha do sensível outras vozes até então consideradas como ruído. Para isso, partimos de alguns pressupostos já apresentados ao longo deste texto, como: a) a própria importância da retomada da palavra enquanto ato e espaço político que reconfigura o sensível, isto é, o modo como organizamos e percebemos o mundo; b) a escrita como constitutiva do ser humano, do desenvolvimento da simbolização e da organização da experiência e do tempo; c) a dimensão farmacológica dessa escrita, encarada como produtora da realidade por ser ficcional e fabulatória e, por isso, combatida de dentro; d) uma responsabilidade com a forma, não apenas com o saber que é transmitido, mas também com os discursos pelos quais essa transmissão acontece; e) o cuidado e a responsabilidade com a forma cuja aposta aqui apresentada se

concentra no poético ou literário; f) a ciência como um dos pilares, como uma das escritas que fundamenta o sujeito e o mundo; g) a escrita da ciência criticada a partir de dentro, da própria epistemologia e, com isso, o questionamento das condições que tornaram a subjetividade e a objetividade possíveis; h) a subjetividade e a objetividade tais como herdadas da modernidade como parte essencial dos processos de subjetivação ainda tão atuais; i) a constatação, a partir de novas epistemologias, de que a objetividade foi construída a partir da determinação de quais perguntas podem ser feitas e do que é “fato” (essencial) e o que é “anedótico”; j) e, por fim, a necessidade de reintroduzir o que foi considerado como “anedótico” no campo do que é o “conhecimento”, do “saber” formal, e, por excelência, da “ciência”.

As escritas de si são tomadas, primeiramente, como tentativa de “poluir” um cenário que se assume constantemente ameaçado pela polifonia. Escrever a si mesmo, além de ser uma tarefa que produz a própria transformação – o que já seria muito, pois cada vida importa –, é a marcação de um tempo, de um saber situado (Haraway, 1995). O “si” nunca diz de um só, mas de experiências que são incontestavelmente coletivas, relacionadas a um tempo, um espaço, um modo de vida. As escritas de si permitiram, dessa forma, a possibilidade de colocar outras perguntas e, a partir disso, criar outras respostas – o que só é possível se a “digressão”, como sugere Barthes (2013), ou o “anedótico”, habitarem a partilha do sensível a qual estamos reconstruindo.

Pensando justamente nos impactos da escrita, na relação entre a objetividade e a subjetividade, no pessoal como político, não individual (Fisher, 2024; Stengers; Despret, 2014), propomos abordar o conceito de *autoficção* como método. Apesar de ser uma noção pouco utilizada no campo da Educação e mais comum no meio literário, a autoficção nos parece uma estratégia possível, um campo onde todas as discussões apresentadas podem convergir.

Nesse sentido, a autoficção não tem como intenção reconstruir uma vida na sua totalidade, nem se trata de uma ação deliberada. Philippe Vilain (2014) defende que em toda escrita autobiográfica há uma ficcionalização involuntária

porque nossa memória é falível, porque, ao escrever, caímos na armadilha das palavras e que, por vezes, a literatura ganha da vida e escolhemos o estilo em detrimento dos fatos e acontecimentos. Uma descrição fiel do vivido me parece impossível (p. 227-228).

Desse modo, entendemos que desde que nascemos estamos em um processo autoficcional. Por isso, afirmar a autoficção é também compreender que existir nos permite inventar outras ficções de nós mesmos. Para Alberto Giordano (2013), essa prática é frequentemente submetida ao julgamento desqualificador daquilo que ele chama de “espíritos excessivamente morais”, que desconfiam que esta prática da “escrita do eu” esteja permeada de uma falta de pudor dos escritores em relação à satisfação de seus impulsos egocêntricos. Giordano não nega essa premissa, mas a derruba dizendo que em muitas ocasiões esses ditos “exercícios egocêntricos” são muitas vezes uma ocasião para que escritores se submetam – quer o saibam e quer o queiram ou não – ao teste do impessoal e do desconhecido, isto é, “o teste da literatura como experiência dos limites da subjetividade” (2013, p. 2, tradução nossa).

Depois de muito tempo estudando a prática das “escritas do eu” – ou “atos autobiográficos” –, Giordano percebeu que o interesse crítico depende das formas em que se manifesta a tensão entre processos autofigurativos e experiências íntimas. No entanto, é nesse exercício autofigurativo, da vontade de ser sincero consigo mesmo, que o íntimo se apresenta como uma ambiguidade perturbadora e perigosa. A experiência do íntimo (ou experiências

íntimas), nesse contexto, não se refere a uma realidade substancial do tipo sociológico ou psicológico, mas trata de “uma realidade conjectural de uma experiência anômala que rompe com os parâmetros fenomenológicos” (Giordano, 2013, p. 3, tradução nossa). Em resumo, o íntimo é uma dimensão irrepresentável da subjetividade, que escapa à dialética simples em que o privado e o público se opõem. Giordano nos insere assim no contexto de construção da autoficção a partir de uma perspectiva mais lúcida acerca, também, de seus limites:

a autoficção corrige os vícios humanistas da narrativa autobiográfica porque é capaz de ampliar as forças da ambiguidade até o limite de suas possibilidades (assim como, é preciso reconhecer, às vezes é capaz de se afogar nas águas do narcisismo e subordinar a contaminação do real e do fictício a uma empreitada de mistificação espetacular: a imposição de uma imagem autoral como objeto de consumo) (2013, p. 12).

Tendo em vista essa definição de autoficção e o compromisso com esse tipo de lucidez apontado por Giordano, como, então, a autoficção pode se tornar um método de pesquisa e, não menos, um método de ensino? E mais, de que modo a autoficção que propomos se diferencia da autoficção na literatura?

No levantamento bibliográfico realizado (Silva; Carvalho, 2025; Souza *et al.*, 2010; Ventura; Cruz, 2019; Matos; Almeida, 2025), percebemos que as conclusões dos autores frequentemente giram em torno da autobiografia como espaço possível de reflexão acerca da identidade profissional docente, atravessada por essas experiências pessoais narradas em teses e dissertações. Há portanto um foco nos aspectos formativos individuais e, em alguns casos, na formação continuada do professor – o que consequentemente pode acarretar práticas de ensino mais inovadoras e, por sua vez, tornar-se benéfico para as trajetórias discentes.

Defendemos a importância desse uso da autobiografia no campo da Educação ao mesmo tempo que reforçamos a importância de deslocá-la para construir um outro tipo de método. Queremos, com isso, pensar *com* a autobiografia modos não só de refletir sobre a construção de uma identidade docente que não é fixa, mas como algo que também existe na relação que se estabelece entre docente e discente, entre docente e escola, entre docente e conhecimento, entre docente e mundo (e as mesmas relações a partir dos pontos de vista de todos os sujeitos da educação). Para isso, propomos utilizar o termo autoficção também como uma tentativa de se distinguir da concepção de formação individual ou experiência puramente pessoal. Além da transição de “biografia” para “ficção”, do mesmo modo “auto”, em nossa concepção, não trata de um “eu” isolado ou do puro entendimento de uma trajetória. Trata-se de fazer reverberar a ideia de que estar no mundo é uma produção constante de quem somos na medida que construímos o mundo que conhecemos – e por ele somos igualmente construídos. Viver em comunidade nada mais é do que partilhar esses mundos que vão sendo construídos coletivamente, e ao mesmo tempo por cada um de nós, e entender que a realidade é tecida por todos eles, inclusive pelos mundos criados por aqueles que foram considerados “sem parte” ou ruído na partilha do sensível (Rancière, 2005).

Com isso, queremos que a autoficção seja um modo de aprender e de ensinar. Como professores, sabemos que estar em sala de aula nunca é ensinar um objeto de estudo, seja qual for, neutro e isolado. É, mais do que isso, uma certa mediação entre o mundo que se conhece (e sabidamente nunca em sua totalidade) e o mundo que se experiencia (por nós, transmissores desse saber e por nossos alunos, sujeitos dessa aprendizagem). Essa dinâmica, sem dúvidas, produz sujeitos e estes, por sua vez, também produzem esses mundos.

Dito isso, como método de pesquisa, assumimos a autoficção como um modo de narrar não só o saber com o qual a pesquisa está implicada, mas a forma como o faz. Em outras palavras, assumir a autoficção é não só um gesto que torna o pesquisador capaz de colocar outras perguntas e consciente do lugar que situa, como também um gesto que leva em consideração que toda experiência é mediada por um Outro, por outros, por coisas, palavras, sensações não individuais. Poderíamos, assim, dizer que todas as pesquisas são autoficcionais por excelência? Seria pretensioso dizer que sim, mas também é errôneo descartar essa hipótese por completo. Assumir a autoficção, portanto, trata de expôr aquilo com que toda pesquisa se depara, mas nem sempre assume, isto é, os saberes situados, as perturbações e a agência das ficções.

Como parte do ensino, a autoficção pode ser entendida a partir de uma prática muito parecida com a pesquisa: na docência, assume o lugar situado que ocupa, seja na tradução da área de conhecimento que leciona, seja na relação geracional que estabelece com aqueles que convive; e, do mesmo modo, a autoficção também faz parte do ensino como forma – método – de educar para um mundo onde haverá futuro: um futuro que valha a pena ser vivido.

Em ambos os casos, a autoficção como método assume uma relação ambivalente com aquilo que estuda, seja no âmbito da pesquisa, seja no âmbito do objeto de conhecimento que o docente tem por tarefa ensinar. Trata-se de um tipo de “leitura assinada” (Derrida; Roudinesco, 2004), isto é, daquilo que de nós mesmos imprimimos no que lemos. E, principalmente, trata de como essa posição diante da leitura, enquanto pesquisadores e enquanto docentes, faz insurgir um desejo (um tipo de convite a fazer o mesmo) por parte de quem nos lê ou é ensinado por nós. Esse tipo de procedimento é também o que Barthes (2005) chamou “do prazer de ler ao desejo de escrever”.

Para nós, a autoficção no campo da educação é uma questão tanto epistemológica quanto epistêmica. Por isso entendemos que é preciso não apenas exercê-la, mas afirmá-la enquanto ato político necessário na atualidade. No campo da literatura a autoficção tem caráter especulativo, tanto do ponto de vista de uma prática quanto do ponto de vista de uma indefinição das intenções do autor. Nos interessa o primeiro tipo de especulação e menos as especulações de procedimento (no sentido de uma crítica genética): “será que ao construir tal personagem, tal autor estava recriando a própria vida?”. Não nos interessa reconstruir os passos dos autores como alguém que busca as pistas necessárias para resolver o mistério de um crime (embora nos agradem os romances de Agatha Christie). Isso se dá porque entendemos que o que é político hoje não é um tipo de suspensão, mas sim de afirmação: “isto é autoficcional!” – e é porque assim o desejamos, nunca por acidente; não por ser algo que simplesmente se faz, mas algo que é pensado desse modo, que se produz intencionalmente.

Em resumo, a autoficção proposta neste ensaio se diferencia dos usos da autobiografia conhecidos no campo da educação na medida em que busca outros modos de utilizar as escritas de si e os movimentos autobiográficos para além das trajetórias pessoais e da formação de professores (considerados por nós também de extrema relevância). Mas ao mesmo tempo se diferencia da autoficção no campo literário, pois, se na literatura a verdade e a mentira são uma questão de procedimento e de indeterminação do sentido e certo exercício da língua, na educação a verdade e a mentira são pensadas como formas de inventar mundos, como fabulações especulativas (Haraway, 2023b; Sztutman, 2022). A principal diferença entre uma autoficção e a outra é puramente de intencionalidade, pois acreditamos que é justamente com o literário que temos a aprender essas formas de inventar esses mundos.

Por fim, nossa concepção de autoficção se relaciona com a tomada da palavra. Como exemplo, trazemos os feminismos decoloniais que tomaram a palavra para narrar a realidade a

partir de seus próprios termos. Nossa proposta sugere que metodologicamente, inserir e situar nosso tempo na pesquisa é um modo de exercer a autoficção. É um tipo de marca que fica. No ensino, entendemos que essa autoficção se relaciona com as formas possíveis de fazer as juventudes tomarem a palavra – e narrarem, por exemplo, o tempo de quem nasceu no meio digital e vive a realidade de um mundo que não pode mais ignorar o próprio fim. Para fazer isso, acreditamos que o professor deve participar dessa partilha exercendo a própria autoficção enquanto ensina e, no nosso caso, enquanto pesquisa. Aproximar aquilo que se aprende daquilo que se vive tem nos mostrado um efeito importante e efetivo na guerra contra o império das inteligências artificiais e contra uma política de atenção completamente difusa – marcadores importantes de nosso tempo e das mudanças intergeracionais.

Diante desse cenário, compreendemos que a autoficção pode nos ensinar a “abrir as caixas-pretas” (Latour, 2011) da realidade e buscar os momentos e os fatos que a tornaram uma caixa fechada. Mais do que isso, abrir a caixa de Pandora da realidade é o mesmo que assumir que a vida é uma ficção, pois, apesar de fazer momentaneamente com que deixemos o sentido escapar, no final nos resta a esperança de que a ficção de um futuro ainda seja possível.

6 Haverá futuro?

Como educadores em um mundo que já acabou, no sentido proposto por Krenak (2019), a autoficção nos possibilita refletir sobre o papel que ocupamos na construção do imaginário das novas gerações. Os modos de narrar, por esse motivo, nos parecem essenciais na construção desse futuro incerto. Isso porque fazer a crítica não é mais o suficiente. É preciso a responsabilidade de encontrar as formas de fazê-la, partindo do pressuposto de que aquilo que oferecemos ao mundo será lido. É na práxis que nossas pesquisas se revelam menos abstratas e que as escritas de si se revelam menos autocentradas.

Desse modo, assumir para si a escrita, ou escrever a si mesmo, é como dizer “eu” farmacologicamente. Um veneno, se a dose administrada for equivocada, visto que pode levar ao autocentramento e ao individualismo ou, no mínimo, ao humanismo; um remédio, se conscientemente assumida, porque pode nos ensinar a re-habitar o mundo. Um mundo que, apesar de ter o humano como centro do universo, reivindica o tempo todo que abdicamos daquilo que nos tornou humano por excelência: a capacidade de simbolizar, e consequentemente de gramatizar, ou programar, o tempo e a experiência.

As escritas de si podem se tornar um ato revolucionário se pensarmos nelas como práticas de elaboração. Em um tempo em que nada é elaborado e que lutos não são feitos, “perder tempo” na contemplação, quando este deveria ser ocupado por coisas mais “úteis”, é um modo também de nos fazer “ficar com o problema” (Haraway, 2023b). E ficar com o problema tem se mostrado importante de diversos modos: seja o próprio problema de entender aquilo que somos, tanto quanto o problema de o mundo ter acabado, mas ainda estarmos aqui. Ficar com o problema é também um respeito à existência das nossas juventudes, das gerações que temos visto crescer. Ficar com o problema não é uma generosidade, mas um compromisso com a crítica que queremos fazer e o compromisso que estabelecemos quando dizemos que o sensível deve ser repartilhado e a palavra deve ser retomada. Como nossos jovens repartilharão esse sensível, como tomarão a palavra, se formos nós a narrarmos por eles? E se, pior, nossas narrativas forem a de que não existe saída? Se fomos nós que diagnosticamos o encurralamento que vivemos, como poderíamos simplesmente submeter às novas gerações esse regime de existência? Não estaríamos, portanto, tomando deles a palavra e fazendo da nossa a última?

A autoficção, muitas vezes, pode implicar em uma autocrítica – isto é, a reafirmação do compromisso estabelecido com a crítica, com a pequenez de nossa existência mas também com a responsabilidade que temos quando assumimos a importância de retomar a palavra, já que esta palavra não pode ser tomada apenas por nós. A autoficção, nesse caso, deve nos permitir registrar o diagnóstico do nosso tempo, mas, sem com isso, tornar inabitável o mundo que continuará existindo sem nós. Pois a autoficção nos relembra que a memória, assim como compreendida em seu surgimento, é a exteriorização gestual do ser humano e não mais aquilo que pertence puramente ao biológico. A memória, quando finalmente associada à escrita, é então técnica e sobrevive à decomposição do corpo. Como seres dotados de memória e a memória como exteriorização do ser, nós nunca deixaremos de ser autoficcionais – pois somos mediados, por vezes assombrados, por memórias que de modo algum são nossas e que, no entanto, também não são de mais ninguém.

Nesse cenário, as escritas de si associadas à autoficção como método de pesquisa e de ensino não só dizem daquele que pesquisa e que ensina, mas podem servir de sugestão de prática, de modo de vida. Em outras palavras, que aqueles que estão fora do ambiente acadêmico sintam-se convidados/as a colocar as perguntas que considerem pertinentes, a partir de seus pontos de vista; bem como, que as juventudes as quais somos responsáveis pela educação também sintam-se convidadas a colocar as perguntas que participarão da repartilha do sensível que temos tentado reconstruir nas últimas décadas – marcadas, visivelmente, pela inserção do autobiográfico, do ficcional, do anedótico e das escritas de si na produção de conhecimento. Mas marcadas, também, pelas características de um tempo que luta com a aceleração, a falta de narratividade e o utilitarismo, refletidos, muitas vezes, no adoecimento psíquico tão presente na atualidade (Han, 2023) e, conseqüentemente, na perda de sentido.

Referências

BARTHES, Roland. **A preparação do romance II: a obra como vontade**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada no dia 7 de janeiro de 1977. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2013.

BERGSON, Henri. **Duas fontes da moral e da religião**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e Clínica**. Tradução de Peter Pál Pelbart. 2a. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2013.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/ EDUSP, 1973.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução de Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã...**Diálogo. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**: o campo do signo, 1945-1966. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2018a. v. 1.

DOSSE, François. **O império do sentido**: a humanização das ciências humanas. Tradução de Ilka Stern Cohen. São Paulo: Editora Unesp, 2018b.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Tradução de Rodrigo Gonçalves; Jorge Adeodato; e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

GIORDANO, Alberto. Autoficción: entre literatura y vida. *Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria*, n. 17, p. 1-20, 2013. Disponível em: <https://www.cetycli.org/cboletines/cd98f00b20-albertogiordano17.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2026.

LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra**: 1 – técnica e linguagem. Tradução de Vítor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1982.

HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Tradução de Daniel Guilhermino. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

HAN, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos**: em busca de um outro tempo. 2a. ed. Tradução de Rafael Zambonelli. Petrópolis: Editora Vozes, 2024.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 16 jan. 2026.

HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza**: símios, ciborgues e mulheres. Tradução de Rodrigo Tadeu Gonçalves. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2023a.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução de Ana Luiza Braga. São Paulo: N-1 Edições, 2023b.

HUSTON, Nancy. **A espécie fabuladora**: Um breve estudo sobre a humanidade. Tradução de Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&PM, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2a. ed. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LATOURE, Bruno. **A esperança de Pandora**: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

LATOURE, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos I. da Costa. 4. ed. São Paulo: Editora 34, 2019

MARÇAL, Mariana S. *et al.* Metodologias de narrativas autobiográficas: uma revisão sistemática. **Psi Unisc**, Santa Cruz do Sul, v. 10, 2026. Disponível em: <http://doi.org/10.17058/psiunisc.v10i.19014>. Acesso em: 05 mai. 2026.

MATOS, Rodrigo H.; ALMEIDA, Jéssica de. Entre (auto)biografia e autoficção: uma experiência narrativa em pesquisa-formação. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria, v. 18, n. 8, p. 1-20, jan/dez, 2025. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1983734800000>. Acesso em: 05 mai. 2025.

ORDINE, Nuccio. **A utilidade do inútil**: um manifesto. Tradução de Luiz Carlos Bombassaro. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

PINO, Claudia Amigo. Roland Barthes e o ensino: da pesquisa coletiva ao amor. *In*: PINO, Claudia A. *et al.* (org.). **Novamente Roland Barthes**. Natal: Editora IFRN, 2018. p. 38-63

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Couto. São Paulo: Editora 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. Tomada da palavra e conquista do tempo livre: uma entrevista com Jacques Rancière. Organizado por Jonas Tabacof *et al.* **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, p. 1-17, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202147002003>. Acesso em: 17 jan. 2026.

RANCIÈRE, Jacques. **As palavras e os danos**: diálogo sobre a política da linguagem. Tradução de Lílian do Valle. São Paulo: 34, 2024.

RODRIGUEZ, Pablo Manolo. **Las palabras en las cosas**: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas. Buenos Aires: Editorial Cactus, 2019.

SILVA, Gilson P.; CARVALHO, Daniela F. Pesquisa narrativa autobiográfica: uma revisão de literatura de teses no período de 2019 a 2024. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 46, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3992>. Acesso em: 02 mai. 2026.

SOUZA, Elizeu C. *et al.* Fios e teias de uma rede em expansão: cooperação acadêmica no campo da pesquisa (auto)biográfica. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 11, n. 21, p. 1-17, jan/abril, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/24108>. Acesso em: 02 mai. 2026.

STENGERS, Isabelle. **Quem tem medo da ciência?** Ciência e poderes. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Edições Siciliano, 1990.

STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas.** Tradução de Max Altman. São Paulo: Editora 34, 2002.

STENGERS, Isabelle. **Uma outra ciência é possível:** manifesto por uma desaceleração das ciências. Tradução de Fernando Silva e Silva. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

STENGERS, Isabelle; DESPRET, Vinciane. **Women who make a fuss:** the unfaithful daughters of Virginia Woolf. Minneapolis: Univocal publishing, 2014.

SZTUTMAN, Renato. O pensamento especulativo não é abstração, é alternativa para resistir ao Antropoceno. Entrevista especial com Renato Sztutman. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, s. p., ago. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/620885-o-pensamento-especulativo-nao-e-abstracao-e-alternativa-para-resistir-ao-antropoceno-entrevista-especial-com-renato-sztutman>. Acesso em: 02 mai. 2026.

VENTURA, Lidei; CRUZ, Dulce M. Metodologia de narrativas autobiográficas na formação de educadores. **Rev. Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 60, p. 426-446, jan/mar, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7213/1981-416X.19.060.A006>. Acesso em: 02 mai. 2026.

VILAIN, Philippe. A prova do referencial. In: NORONHA, Jovita Maria G. (org.) **Ensaios sobre autoficção**. Tradução de Jovita Maria G. Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 163-180.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Recebido em março de 2026.

Aprovado em junho de 2026.